

Relatório das atividades de realização do I workshop da área de Comunicação e Informação sobre a regulação das plataformas digitais

Este relatório tem por objetivo a prestação de contas e das atividades desenvolvidas para a realização do I workshop da área de comunicação e informação sobre a regulação das plataformas digitais. O evento contou com o apoio do COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL-CGI.br, através do NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC.br, registrado em contrato, assinado em 2 de junho de 2023, com a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, resolução CGi.br/2023-07.

Atividades:

Nos dias 21 e 22 de junho de 2023, realizaram-se as atividades, conforme a programação divulgada amplamente pelos sites das entidades envolvidas com o evento, bem como pela Escola de Comunicações e Artes da USP.

Seguem a programação, número de inscritos e participantes, divulgação, fotos e resultados.

21 de junho

9h Boas-vindas – coffee break

9h15 Abertura Oficial – saudação aos participantes

Brasilina Passarelli – Diretora da ECA-USP

Clotilde Perez – Coordenadora do PPGCOM-USP

Ana Regina Rêgo – Coordenadora da Rede Nacional de Combate à Desinformação

Henry Poncio – Presidente da ANCIB

Renata Mielli – Coordenadora do CGi.Br

Roseli Figaro – Presidente da COMPOS

9h30 - Painel 1 - Panorama do debate sobre regulação das plataformas digitais no Brasil

Moderadora: Helena Martins (UFC)

Convidados palestrantes: João Brant (Secretaria de Comunicação Digital, Governo)

Bia Barbosa (DiraCom)

Orlando Silva (Deputado Federal, relator do PL 2630)

11h15 - Painel 2 - Panorama dos processos de regulação UE, AL e

Brasil: Análise de abordagens vigentes ou em discussão

Moderador: Rafael Grohmann (COMPOS)

Palestrantes convidados: Afonso Albuquerque (INCT-DSI, UFF)

Clara Iglesias Keller (WZB-Berlin/IDP-Br)

Guilherme Canela (Unesco)

Gustavo Gomez (Observacom-AL)

Juliano Cappi (NIC.br CGI.br)

14h – 18h - Grupos de Trabalho

GT-1 Caminhos para o enfrentamento à desinformação

Coordenação: Ana Regina Rego (RNCD)

GT-2 Regulação sobre responsabilização e outras obrigações das plataformas digitais

Coordenação: Viviane Tavares (Intervozes)

GT-3 Desafios regulatórios frente ao modelo de negócio das plataformas

Coordenação: Roseli Fígaro (COMPÓS)

22 de junho

8h30 - Grupos de Trabalho (GTs) sistematizam as propostas

GT-1 Caminhos para o enfrentamento à desinformação

Coordenação: Ana Regina Rego (RNCD)

GT-2 Regulação sobre responsabilização e outras obrigações das plataformas digitais

Coordenação: Viviane Tavares (Intervozes)

GT-3 Desafios regulatórios frente ao modelo de negócio das plataformas

Coordenação: Roseli Fígaro (COMPÓS)

11h - GTs concluem sistematização das propostas

13h - Plenária com apresentação das propostas dos GTs

Encerramento.

Balço

Conforme o programado, as atividades aconteceram de maneira bastante satisfatória e com resultados que estão sendo publicizados para as entidades da área de comunicação e informação, para as demais entidades científicas, inclusive com apoio da SBPC, e para o Congresso Nacional.

O público-alvo foi atingido – representantes acadêmicos da área de comunicação e informação e pesquisadores da temática. Tivemos 85 inscritos e 68 participações presentes e credenciados. Todos receberam a programação impressa, o crachá, um bloco de nota e caneta.

A mesa de abertura contou com a fala das entidades promotoras, da direção da Escola de Comunicações e Artes e da Coordenação do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP.

A primeira mesa, contou com a fala da jornalista e membro da DiraCom e do CGi, Bia Barbosa, com a fala online do secretário de comunicação digital da Secretaria de Comunicação do governo federal, João Brant; e da fala do deputado federal do PC do B, relator do PI 2630, Orlando Silva.

A segunda mesa, contou com as falas online de Guilherme Canela, representante da Unesco; de Clara Iglesias Keller, pesquisadora da WZB-Berlin/IDP-Br. Infelizmente, por motivo de doença, o convidado Gustavo Gomez, do Observacom América Latina, não pode participar. Também fizeram suas falas nesta mesa o convidado Afonso

Albuquerque, professor da UFF e coordenador geral do INCT-DSI- CNPq; e Juliano Cappi, do NIC.br CGI.br.

Na parte da tarde do primeiro dia 21/6, ocorreram as reuniões temáticas de três GTs: GT-1 Caminhos para o enfrentamento à desinformação, cuja coordenação foi da Profa. Ana Regina Rego (RNCD); GT-2 Regulação sobre responsabilização e outras obrigações das plataformas digitais, com coordenação de Viviane Tavares, do Intervozes; e GT-3 Desafios regulatórios frente ao modelo de negócio das plataformas, com coordenação da Profa. Roseli Fígaro, da COMPÓS.

No dia 22/6 pela manhã, os mesmos GTs voltaram a se reunir para concluir suas contribuições ao documento final a ser apresentado na Plenária do evento.

Por fim, durante a Plenária, cada coordenador apresentou o resultado das discussões dos GTs, foram feitas discussões e sugestões de redação pelos presentes e, encerrou-se o evento com a aclamação do documento proposto pelos participantes. Também foi aprovado, que o documento proposto fosse aberto para coletar mais adesões, bem como dar-se a ele ampla divulgação com envio ao Congresso Nacional. Todas as sugestões foram acatadas e foram encaminhadas pela comissão organizadora do evento.

Fotos do evento

Dia 21/6 Mesa de abertura



Da esquerda para direita: Eduardo Monteiro, vice-diretor da ECA-USP; Ana Regina Rego, coordenadora da RNCD; Roseli Fígaro, Presidente da COMPOS; Henry Poncio, Presidente da ANCIB. Crédito: Comunicação ECA-USP.



Da esquerda para direita: Eduardo Monteiro, vice-diretor da ECA-USP; Ana Regina Rego, coordenadora da RNCD; Roseli Figaro, Presidente da COMPOS. Crédito: Comunicação ECA-USP.



Participação online do Secretário de Comunicação Digital do governo federal, João Brant. Crédito: Comunicação ECA-USP.



Participação online do Deputado Federal Orlando Silva. Crédito: Comunicação ECA-USP.



Participação online de Clara Keller, e as presenças de Juliano Cappi, Afonso Albuquerque, com coordenação de Rafael Grohmann. Crédito: Comunicação ECA-USP.



Foto da sessão de encerramento do I Workshop da área de Comunicação e Informação sobre regulação de plataformas digitais. 22/06/2023. Crédito: Comunicação ECA-USP.

Segue o documento aprovado no I Workshop da área de Comunicação e Informação sobre regulação de plataformas digitais, depois da coleta de 45 assinaturas de entidades acadêmicas e científicas e de 90 pesquisadores da área.

O documento e as assinaturas estão divulgadas nos sites da COMPOS e da RNCD, respectivamente: <https://compos.org.br/2023/06/documento-final-do-i-workshop-da-area-de-comunicacao-e-informacao-sobre-regulacao-de-plataformas-digitais-defende-que-regular-e-garantir-direitos-e-democracia/>

e <https://rncd.org/documento-final-resultado-do-i-workshop-da-area-de-comunicacao-e-informacao-sobre-regulacao-de-plataformas-digitais/>

Documento aprovado

Regular é garantir direitos e democracia

Diagnóstico

A regulação da comunicação é uma reivindicação histórica da sociedade brasileira, atualizada no contexto de ascensão das plataformas digitais. Entre os principais pontos a serem observados em termos da necessária e urgente regulação das plataformas de comunicação está a dimensão do modelo de negócio com o qual elas atuam.

O modo de atuação das plataformas se define, prevalentemente, a partir de complexas ativações tecnológicas que resultam na transformação das mais diversas atividades humanas em dados, processados por sistemas algorítmicos e transformados em produtos negociados no mercado publicitário, a exemplo da mídia programática. Como mencionado no Manifesto Regula Já, essas corporações “extraem a produção de conteúdo de seus usuários como produto a ser organizado e ofertado em fluxo de dados”. Assim, elas organizam a circulação dos conteúdos, interferindo diretamente no debate público.

Por isso, é preocupante e agudo o processo de concentração nos modos de atuação comercial e da oferta de serviços dessas empresas. Se, por um lado, os dados gerais como hábitos de consumo e mesmo da vida social dos usuários são expostos, por outro, esses modos de atuação fazem com que os usuários se tornem cada vez mais reféns desses gigantes grupos transnacionais.

Some-se a essa opacidade dos negócios das plataformas, a intocabilidade em termos não apenas de regulação, mas de outros privilégios que vão desde a apropriação não remunerada de conteúdos produzidos por terceiros – como os conteúdos jornalísticos –, passando pela questão da precarização do trabalho, à falta de clareza sobre os métodos e critérios de precificação de seus serviços e produtos e, principalmente, na necessária revisão das lacunas de tributação de bilionários lucros que obtêm.

Subordinadas à lógica do capital financeiro, as plataformas concentram riquezas nas mãos de poucas corporações dos Estados Unidos, gerando enorme desigualdade entre os países e afetando a soberania das nações. Combinando disponibilidade de recursos e controle de dados, elas têm se expandido para os mais diversos setores, passando a controlar das infraestruturas às aplicações.

O modelo de negócios das plataformas digitais traz outras consequências danosas à sociedade, pois corrobora com a ação de grupos interessados na desinformação sistêmica que circula nas redes sociais e por aplicativos de mensageria. A desinformação causa desentendimento político, desestabilização institucional e um cenário de ampla circulação de desinformação, que tem

levado à hesitação vacinal, entre outros riscos e danos à saúde e à integridade física de jovens, crianças e pessoas vulneráveis.

A desinformação se investe de discurso de ódio que convoca afetos negativos, aciona o racismo, a xenofobia, a homofobia e a transfobia, o machismo e a misoginia e tem provocado violência simbólica, em muitos casos concretizada em violência física, assassinatos, feminicídios, dentre outras. Isso fere, expressamente, as minorias sociais, tais como mulheres, negros, indígenas e populações LGBTQIAP+ que são justamente as populações mais propensas a terem seus direitos humanos violados, não somente o direito à informação. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que o homicídio de pessoas negras cresceu 7,5% em 2021. Na mesma medida, a mesma pesquisa mostrou que o feminicídio cresceu, no país, 5% no ano de 2022 em relação à 2021 – Desse total, 62% são mulheres negras. Ainda em 2022, o Brasil registrou 256 mortes violentas à população LGBTQIAP+. A cada 34 horas, uma pessoa LGBTQIAP+ morre de forma violenta.

A desinformação também tem sido protagonista da destruição ambiental em nosso país. A divulgação recente da crise do povo Yanomami, assim como, o avanço do desmatamento da Amazônia legal reflete ações no território que muitas vezes são comandadas e orquestradas a partir de estratégias comunicativas que se estruturam em redes sociais e aplicativos de mensageria. Esse tipo de conteúdo espalha mentiras utilizando-se de estética e de composições discursivas que simulam práticas jornalísticas. Desse modo, o jornalismo é outra vítima do fenômeno desinformacional, sofre ataques diretos a seus valores e à sua reputação.

A integridade informacional (ONU, 2023) e a concretização de uma convivência digital saudável perpassam muitos ambientes e iniciativas públicas e privadas e pressupõem que todos os atores envolvidos sejam responsáveis.

Os problemas que temos vivenciado, a crescente intervenção das grandes plataformas digitais no debate público, a falta de celeridade e descumprimento do que determinam em seus termos de serviço e políticas de privacidade sinalizam que a autorregulação praticada até o momento não é suficiente para promover um ambiente democrático no Brasil. Diante disso, diferentes setores da sociedade reivindicam uma regulação pública democrática como avanço a um ambiente digital mais saudável que proteja cidadãos e assegure autonomia e direitos aos usuários. Este debate não é uma particularidade do país. Diferentes países da Europa e da América do Norte, por exemplo, já avançaram em modelos regulatórios.

Atualmente, está em curso um avançado debate no Congresso Nacional, em torno do Projeto de Lei 2.630, que traz elementos centrais para o início de uma regulação como responsabilização e transparência. A definição de uma regulação pública democrática, portanto, deve considerar o acúmulo de debate ao longo de mais de três anos para a constituição do texto a ser votado, mas também com a sociedade e academia. Experiências exitosas que mostram que

o diálogo aberto entre diferentes setores pode acarretar em um resultado profícuo não falta no campo da comunicação como a constituição Marco Civil da Internet, referência mundial e o da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Acreditamos ainda que o debate não se encerra na aprovação do projeto de lei. Ele será um marco importante ao que entendemos por uma regulação democrática de conteúdo, mas, também econômica das plataformas a ser discutida de maneira mais que urgente. São urgentes ações no âmbito da atuação legislativa, jurídica, governamental, acadêmica e dos movimentos sociais.

Agora, é necessária e premente a regulação das plataformas digitais, coadunada com outras importantes políticas públicas que possam conjuntamente mitigar o avanço do ambiente desinformativo no território brasileiro. Sobretudo, é fundamental que o Brasil regule as plataformas, apontando para um projeto próprio de desenvolvimento nacional e popular que trate das transformações sociais profundas associadas às tecnologias.

Sugestões

- Construir uma regulação baseada em princípios e que organize a prestação desses serviços, por meio da construção de um modelo regulatório com participação social;
- Avançar na regulação em debate neste momento no Congresso Nacional, afirmando também políticas que enfrentem o monopólio das big techs, por exemplo, por meio da separação estrutural e funcional do modelo de negócio delas;
- Organizar a prestação de serviços pelo setor privado a partir de princípios de interesse público;
- Atuar pela regulação pública e estatal a partir da criação de um escopo legal que coíba os excessos, sensível à necessária atualização constante das leis com vistas a agir em potenciais riscos sistêmicos.
- Focar na formação de lideranças comunitárias, professores e agentes de combate à desinformação para atuar não apenas no ambiente digital, mas também nos territórios locais, levando em consideração que a exclusão digital ainda é uma realidade no Brasil.
- Ponderar que a desinformação não está condicionada apenas a um problema de falta de educação ou de conhecimento científico, mas diz respeito a valores e crenças, o que requer estratégias adequadas para permitir que os cidadãos reflitam e transformem suas práticas.

- Considerar que, além de um Plano Nacional para o ensino ao enfrentamento à desinformação, o tema da saúde necessita de uma atenção especial de moderadores especializados, que saibam lidar com a informação científica, tendo em vista as consequências da desinformação na saúde pública brasileira.
- Viabilizar uma legislação cujas normas pleiteiem transparência, responsabilização solidária por conteúdos nocivos e ilegais recomendados e impulsionados, assim como, o cuidado e o respeito ao cidadão usuário.
- Fomentar, a partir do Estado, outros tipos de plataformas, de caráter público e comunitário, construindo infraestruturas, desenvolvendo aplicações e garantindo o acesso a serviços cada vez mais fundamentais.
- Especificamente, **tendo em vista o debate em curso em torno do Projeto de Lei 2.630**, consideramos importante que o texto trate de: **i)** avançar na compreensão da responsabilidade solidária das plataformas, especialmente em relação a todo conteúdo impulsionado; **ii)** inserir no projeto de lei uma definição mais objetiva de risco sistêmico, tendo em vista os critérios e o papel de órgãos reguladores e Judiciário; **iii)** ampliar acesso a informações por meio de relatórios periódicos, contemplando ações sobre a atuação em cenários de riscos sistêmicos, sistemas de ordenamento, recomendação e remoção de conteúdo; e dados mais detalhados sobre número de usuários das plataformas, contas removidas e suas justificativas, localização das contas, e outros dados a serem escrutinados a partir de uma análise; **iv)** garantir condições de acesso gratuito e pleno para universidades, institutos e centros de pesquisa à Interface de Programação de Aplicativos das Plataformas Digitais (API); **v)** exigir localização em território nacional de dados coletados da população brasileira; **vi)** ampliar previsão de medidas de letramento digital da sociedade; e **vii)** instituir arquitetura regulatória, apontando mecanismos como órgão regulador para que a lei seja eficaz, avançando também na garantia de participação social.

Associação e entidades que assinam o documento

Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação
COMPÓS

Rede Nacional de Combate à Desinformação – RNCD

SOCICOM

UFRJ

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA –
ABCIBER

MÍDI – Laboratório de Mídias Digitais e Internet

PUC-Campinas / CFP

ULEPICC-Brasil

NUJOC-NÚCLEO DE PESQUISA EM JORNALISMO E COMUNICAÇÃO -UFPI

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DA PUC MINAS

Associação Brasileira dos Professores de Italiano (ABPI)

Associação Brasileira de Ensino de Biologia
Alcar - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia
OBSCOM/CEPOS e JDL
EMERGE – Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência
Associação Brasileira dos Pesquisadores em Publicidade
Instituto Devir Educom
Grupo de Pesquisa em Economia Política do Audiovisual – UFRN
UFRGS
International Center for Information Ethics
Diracom – Direito à Comunicação e Democracia
União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura
(ULEPICC-Brasil)
Centro de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Política (CTPol-UnB)
Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social
Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação
Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom)
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação –
ANCIB
landé Comunicação e Educação
Rede Coinfo
Grupo de Pesquisa Desinformídia – UFSM, RNCD
RECIDES – Rede de Estudos da Ciência da Informação sobre Desinformação
Unesp
Ppgem – IFRN
Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (LABHDUFBA)
Compólitica – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e
Política
Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de
Comunicação – SOCICOM
PUCPR
InfoCom
INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da
Comunicação
Universidade Estadual do Piauí- UESPI
Observatório da Comunicação Pública – OBCOMP
Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação – ANCIB;
Rede de Estudos da Ciência da Informação sobre Desinformação – RECIDES.
Rede Folkcom
Universidade Federal da Bahia
Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej)
Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom)
Universidade Regional de Blumenau

Programa Mão na Mídia: educomunicação e cidadania
COAR
LaPCom
Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/ECA-USP)
Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação –
ABPEducom
Labjor Unicamp
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
InovaCom/ Ufpa
Grupo de Pesquisa InovaCom (PPGCOM-UFPA)
Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e
Relações Públicas – ABRAPCORP
Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência
Núcleo de Jornalismo e Audiovisual/ NJA UFJF
Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadores da Ciência- RedeComCiência

Assinatura de pesquisadores

Marialva Carlos Barbosa (UFRJ)
Vilso Junior Santi (PPGCOM-UFRR)
Allysson Martins, Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Raquel Souza Lobo Guzzo – Psicologia
César Bolaño (UFS)
Ana Regina Rêgo – UFPI
Ercio Sena – PUC Minas
Elisabetta Santoro (USP)
Leandro Duso -UFSC
Edna de Mello Silva (Unifesp)
Rogério Christofolletti – UFSC
Aianne Amado (doutoranda eca/usp)
Prof. Adilson Vaz Cabral Filho – Comunicação Social da UFF – Universidade
Federal Fluminense
Clotilde Perez – USP
Alexandre Arns Gonzales (Pesquisador Colaborador Voluntário do IPOL/UnB)
Janaine Aires, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marina Grandi Giongo (Pesquisadora colaboradora Niem Ufrgs)
Ismar de Oliveira Soares, Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de
São Paulo
Nina Santos – INCT.DD
Carmen Regina de Oliveira Carvalho (Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia)
Nelson De Luca Pretto – Professor da Faculdade de Educação – UFBA

Marco Schneider- Ibict e Uff
Helena Martins (UFC)
Janine de Kássia Rocha Bargas (Facom/Unifesspa)
Verlane Aragão Santos – UFS
Nélia Del Bianco (Universidade de Brasília)
Maria Cristina Gobbi (ABPCom/Alaic)
Arthur Coelho Bezerra (IBICT)
Cristiane Parente de Sá Barreto (IESB e UnB)
Rodrigo Moreno Marques (UFMG)
Robson Santos Costa – UFRJ
Luciana Menezes Carvalho
Djuli Machado de Lucca – Professora do Magistério Superior – Fundação
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Gabriela Andrietta
Juliana Fernandes Teixeira (UFPI-UFC)
Fábio Canatta – Pucrs e UFRGS
Rafael Evangelista – Labjor/Unicamp
Fábio Soares da Costa – UFPI
Leonardo F. Nascimento (LABHDUFBA)
Paulo Victor Melo – ICNOVA FCSH
CCDC – Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da UFBA
Felipe Saldanha – diretor SOCICOM
Marcos José Zablonsky
Jussara Borges – UFRGS
Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares, Universidade de Brasília
Ariane Carla Pereira (Unicentro/Intercom)
Vânia Lisboa da Silveira Guedes (UFRJ)
Carlos Shigueki Oki - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Ranielle Leal Moura
Fiorenza Zandonade Carnielli – UFRGS
Simão Farias Almeida (UFRR)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Gabriela Pereira Melo- doutoranda – POSCOM UFSM
Gabriela Belmont de Farias – Universidade Federal do Ceará (UFC)
Thifani Postali Jacinto – Universidade de Sorocaba
Suzana Barbosa (FACOM | UFBA)
Guilherme Moreira Fernandes (UFRB)
Keila Zaniboni Siqueira Batista – professora universitária
Mirna Tonus, Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Cláudia Herte de Moraes (UFSM)
Marcelo Träsel – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Heverton Lacerda GPJA/UFRGS

Marli dos Santos (FCL)
Marta Thaís Alencar Cosme
Marcos Urupá (UnB)
Esteban Zunino (CONICET/UNCUYO)
Jonas Valente – Oxford Internet Institute
Venício A. de Lima, Professor Emérito, Universidade de Brasília
Cláudia Nonato (CPCT/ECA-USP)
Roseli Figaro (COMPÓS e ECA/USP)
Graça Caldas – pesquisadora do Labjor-Unicamp
Milene Migliano Gonzaga – UFRB
Cris Guimarães Cirino da Silva (InovaCom/Ufpa)
Francisco de Assis (ESPM)
Elaide Martins (UFPA)
Marcos Dantas (ECO-UFRJ)
Débora Chabes dos Santos JDL/ECA/USP
Beatriz Dornelles (PUCRS)
Gustavo T. F. Pereira (UFJF)
Kaísa de Souza Morgado
Mariana Guenther – Universidade de Pernambuco (UPE)
Edgard Rebouças (UFES)
Carlos Alberto Araújo – UFMG
Ricardo Ferreira Freitas FCS-UERJ

Outros sites que noticiaram e divulgam o manifesto:

Coluna Monica Bergamo, no UOL :

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/07/associacoes-defendem-regulacao-das-redes-sociais-e-medidas-para-aprimorar-pl-das-fake-news.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo

Coluna Monica Bergamo na Folha de S.Paulo, impressa



Teletime - <https://teletime.com.br/05/07/2023/entidades-academicas-da-comunicacao-defendem-regulacao-urgente-de-plataformas-digitais/>

Ibict - <https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/junho/pesquisadores-do-ibict-participam-de-evento-sobre-regulacao-das-plataformas-da-internet>

UNIR - <https://www.unir.br/cartao/exibir/93>

Prestação de contas ao CGi.br

Conforme contrato assinado entre o CGi.br e a COMPOS, Resolução CGi.br/ 2023-07, o apoio do CGi.br ao evento se deu para o custeio de passagens aéreas dos seguintes convidados, para participarem presencialmente na ECA-USP do I Workshop da área de comunicação e informação sobre a regulação das plataformas digitais:

CAMILLA QUESADA TAVARES	UFMA – Maranhão
DJULI MACHADO DE LUCCA	UNIR – Federal de Rondônia
HELENA MARTINS DO REGO BARRETO	UFC – Ceará
LEONARDO FERNANDES NASCIMENTO	UFBA e UFPE – Pernambuco
VILSO JUNIOR CHIERENTIN SANTI	UFRR – Roraima
ANA REGINA REGO	RNDC/UFPI – Piauí
BEATRIZ COSTA BARBOSA	CDR – Brasília
RAQUEL DA CUNHA RECUERO	UFPL – Pelotas
ALEXANDRE ARNS GONZALES	UnB – Brasília
VIVIANE DA ROSA TAVARES	Intervezes – RJ
AFONSO DE ALBUQUERQUE	UFF- INCT/DSI – RJ
MARCO ANDRE FELDMAN SCHNEIDER	UFRJ – RJ
ARTHUR COELHO BEZERRA	IBICT – RJ
HUMBERTO SANTANA RIBEIRO FILHO	Sleeping Giants – BH/MG
THAIANE MOREIRA DE OLIVEIRA	IBICT/UFF – RJ
MARCELO ALVES DOS SANTOS JUNIOR	PUC- RJ
MOZAHIR SALOMAO BRUCK	PUC - MG

Os valores pagos pelas passagens estão em recibo anexo emitido pela agência Mariléia Assunta Fernandes da Silva Pereira, Av. Barroso, 1421, Araraquara, CEP 14801-160, CNPJ 04.885.442/0001-13, no valor final de R\$ 50.970,36 (cinquenta mil, novecentos e setenta reais e 36 centavos).

A COMPOS **recebeu do CGi.br** a título de fomento, para a realização do I Workshop, destinado a compra de passagens, o valor de: **R\$ 50.600,00**.

A COMPOS **pagou**, para a Agência antes identificada, pelas passagens relacionadas no recibo o valor de **R\$ 50.970,36, custeando**, portanto, o valor excedente de **R\$ 370,36** (trezentos e setenta reais e trinta e seis centavos).

Cabe lembrar que a COMPOS, a ECA-USP, a RNCD e o Intervozes custearam os demais itens relativos a: produção de identidade visual, infraestrutura para transmissão do evento, instalações para os GTs, produção e publicação de materiais de comunicação online, banners e sinalização presencial, blocos de notas, crachás, canetas, programação impressa e coffee break para os dias do evento.

São Paulo, 7 de julho de 2023.

Roseli Figaro
Presidente da COMPOS.